

**PROGRAMA DE DISCIPLINA**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Código da Disciplina: JUR223

Curso: DIREITO

Semestre de oferta da disciplina: 5º

Faculdade responsável: DIREITO

Programa em vigência a partir de: 2015

Número de créditos: 04

Carga Horária total: 60

Horas aula: 72

**EMENTA:**

Introdução. História do processo penal. Princípios constitucionais do processo penal. Fontes do processo penal. Interpretação da lei processual penal. A lei processual no tempo e no espaço. A lei processual em relação às pessoas. Sistemas processuais. Da fase de investigação e do inquérito policial. Sujeitos Processuais. Ação penal. Jurisdição e competência. Atos Processuais.

**OBJETIVOS GERAIS:**

Proporcionar conhecimentos sobre o processo penal como mecanismo de garantia de direitos fundamentais e tecnologia punitiva.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Levar o aluno à compreensão da importância do Processo Penal, seu papel de proeminência dentro da ordem jurídica brasileira e sua função enquanto documento legal estruturador do estado brasileiro.
- Auxiliar o aluno no aprimoramento do uso da linguagem, da argumentação e da reflexão, habilitando-o a solucionar os problemas que se apresentam na aplicação concreta das normas constitucionais.

**CONTEÚDO**

I – INTRODUÇÃO.

II – HISTORIA DO PROCESSUAL PENAL

III– PRINCIPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO PENAL

IV – FONTES DO PROCESSO PENAL.

VI – INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

VII – A LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

VIII – A LEI PROCESSUAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS

IX – SISTEMAS PROCESSUAIS

X – A PERSECUÇÃO PENAL COMO MECANISMO DA TECNOLOGIA PUNITIVA DIVIDIDA EM FASES: PRIMEIRA FASE DO PROCESSO PENAL (DA FASE DE INVESTIGAÇÃO E DO INQUÉRITO POLICIAL); SEGUNDA FASE (FASE INTERMEDIÁRIA); TERCEIRA FASE (FASE DE JULGAMENTO); FASES EVENTUAIS (FASE CAUTELAR; FASE RECURSAL; FASE DE EXECUÇÃO PENAL)

XI – SUJEITOS PROCESUAIS: MINISTÉRIO PÚBLICO; JUIZ; IMPUTADO; VÍTIMA.

XII – DA AÇÃO PENAL – CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL SEGUNDO O CRITÉRIO DA TITULARIDADE: AÇÃO PENAL PÚBLICA (INCONDICIONADA E CONDICIONADA); AÇÃO PENAL PRIVADA (PERSONALÍSSIMA E SUBSIDIÁRIA DA AÇÃO PENAL PÚBLICA). A AÇÃO PENAL PÚBLICA COMO PROVIMENTO ACUSATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

XIII – DA JURISDIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

XIV – DOS ATOS PROCESSUAIS

## ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os conteúdos serão trabalhados, privilegiando:

- levantamento do conhecimento prévio dos estudantes
- motivação com leituras, charges, situações problemas ou pequenos vídeos
- Exposição oral / dialogada
- Discussões, debates e questionamentos
- Leituras e estudos dirigidos
- Atividades escritas individuais e em grupos
- Apresentações por parte dos alunos de: plenárias, painéis, mini aulas etc.

## FORMAS DE AVALIAÇÃO:

O processo de avaliação da construção de conhecimentos a partir da observação e análise de:

- frequência e pontualidade por parte do aluno

- participação construtiva e compromisso com a dinâmica e o processo educativo proposto pela disciplina
- discussão fundamentada individual e em equipe
- trabalhos sistematizados – produções individuais, coletivas e apresentações em sala de aula: fichamentos, resenhas e painéis sobre leituras complementares realizadas.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. *Código de processo penal e Constituição Federal*, Ed. Saraiva, 2015.

SILVÉRIO JÚNIOR, João Porto. *Processo Penal Fraterno: O dever de fundamentar o provimento acusatório pelo Ministério Público no sistema processual penal brasileiro*, Ed. Juruá, 2014.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito Processual Penal*, Saraiva, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Processo Penal*, Ed. Atlas, 2015.

RANGEL, Paulo C. *Direito Processual Penal*. Lúmen Júris, 2015.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

SILVÉRIO Jr., João Porto. *Opinio delicti*, Editora Juruá, 2004.

RESTA, Eligio. *O Direito Fraterno*. Tradução de Sandra Regina Martini Vial. Editora EDUNISC, 2004.

BARROS, Flaviane de Magalhães. *A participação da Vítima no Processo Penal*. Editora Lumen Juris, 2008.

ROSA, Alexandre Moraes da. *Guia Compacto do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos*. Editora Lumen Juris, 2013.

LEAL, Rosemiro Pereira. *Teoria Geral do Processo – Primeiros Estudos*. Editora Forense.

CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO. *Teoria Geral do Processo*. Editora Malheiros.

GRINOVER, FERNANDES e GOMES FILHO. *As Nulidades no Processo Penal*. Editora Revista dos Tribunais.

BÜLOW, Oskar. *Teoria das Exceções e dos Pressupostos Processuais*. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. LZN Editora, 2005.

OLIVEIRA E SILVA, Emílio de. *Identificação Genética para fins criminais*. Editora Del Rey,



**UniRV**  
Universidade de Rio Verde

# Universidade de Rio Verde

Credenciada pelo Decreto nº 5.971 de 02 de Julho de 2004

Fazenda Fontes do saber  
Campus Universitário  
Rio Verde - Goiás

Cx. Postal 104 - CEP 75901-970  
CNPJ 01.815.216/0001-78  
I.E. 10.210.819-6

Fone: (64) 3611-2200  
[www.unirv.edu.br](http://www.unirv.edu.br)

2014.

LEAL, Andre Cordeiro. Instrumentalidade do Processo em Crise. Editora Mandamentos, 2008.

Aprovado pelo Conselho da Faculdade em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ .

Assinatura e carimbo da Direção da Faculdade